

Índios Mundukus contrários à construção de rodohidrovia

TENSA REUNIÃO NA ALDEIA DA MISSÃO CURURU AVALIA IMPACTO DA OBRA NA VIDA DA COMUNIDADE

CELIVALDO CARNEIRO

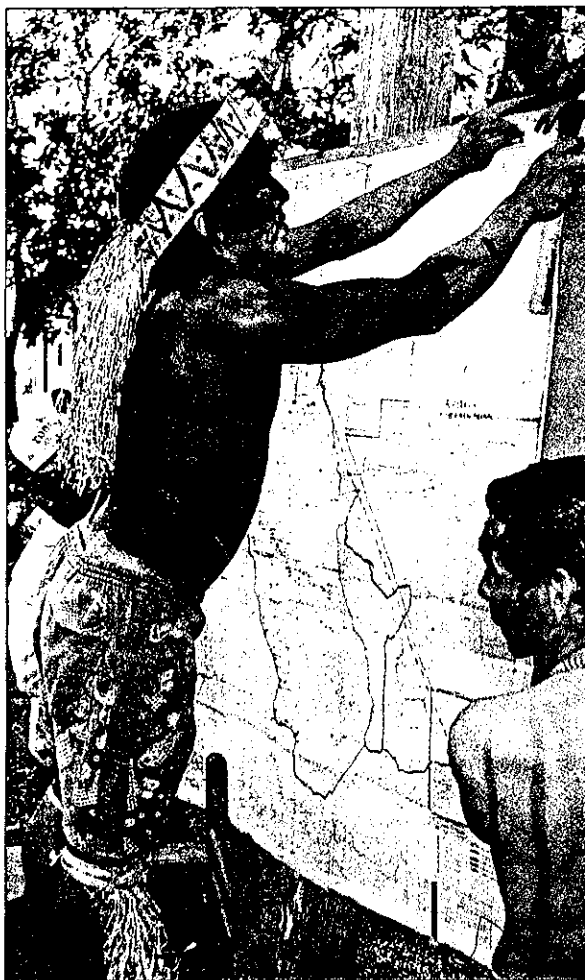
JACAREACANGA (PA) - Lideranças dos índios Mundurukus se reuniram, nos dias 24 e 25, na aldeia da Missão Cururu, com autoridades públicas e diretores da Cooperativa de Desenvolvimento, Produção e Consumo do Sudoeste do Pará (Codesup), com objetivo de discutir o projeto de construção da rodohidrovia do Tapajós, que pretende fazer a ligação entre Alta Floresta (MT) e Jacareacanga (PA), via rodoviária, e daí até o porto de Santarém por hidrovia no rio Tapajós, para o escoamento da produção de grãos do centro-oeste paraense. O projeto vem encontrando a resistência dos índios.

Além das lideranças indígenas, estiveram presentes o procurador da República, Felício Pontes Júnior, a promotora estadual Leane Chermont, a antropóloga Ângela Baptista, do Ministério Público Federal, e Terezinha Vjeira, do Conselho Indigenista Missionário. Da Codesup estavam Herles de Matos, Marcelo Jeanpierre, Israel Milanés e Ênio Finimundi.

A reunião foi aberta com uma exposição feita por Herles de Matos, secretário da Codesup, sobre a rodohidrovia. Segundo Matos, o Projeto Piloto da rodovia ainda está em negociação entre os governos do Pará e Mato Grosso, mas, ressaltou, há garantias de que não irá afetar nenhuma reserva indígena. "Serão respeitadas as reservas indígenas existentes na área", reafirmou.

Matos revelou também que cerca de 62 dos 480 quilômetros da rodovia já foram feitos através da implantação de projetos agropecuários. O projeto da hidrovia já teve elaborados o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), ambos em análise pela Sectam e Ibama, para emissão de licença prévia. "No orçamento deste ano já foram alocados R\$ 91 milhões para início das obras", ressaltou.

De acordo com o diretor da Codesup, está previsto ainda um ambicioso projeto de colonização que



Dispostos a combater o projeto, os índios vêm intromissão na reserva

já começou a ser implantado no sudoeste do Pará, com assentamento de famílias de agricultores tradicionais, 26 agrovilas, duas cidades e duas reservas agroecológica e ambientalista. Matos garantiu ainda estar previsto no projeto a implementação do intercâmbio sócio-econômico com os índios. "Existe a possibilidade de execu-

ção de vários projetos para melhoria da qualidade de vida dos indígenas", afirmou.

RESISTÊNCIA - Unânicos no pensamento de que estão ameaçados pela execução do projeto, as lideranças manifestaram a intenção de lutar contra a execução do empreendimento. Para Isaias Crixí, vice-prefeito do município e uma das

principais lideranças dos indígenas, a preocupação é com prejuízos que poderão advir com a rodovia.

"Tanto faz passar fora ou dentro da reserva vamos ser prejudicados. Queremos o desenvolvimento do município sem prejuízo para ninguém", enfatizou Isaias. "Não aceitamos a estrada, o benefício é só para o branco", completou o cacique Silvério Kaba. "Por que não consultaram o povo Munduruku para elaboração do projeto?", indagou o vereador Roberto Crixí Munduruku, observando um dispositivo constitucional sobre o assunto.

"Se passar fora da área da reserva, diminuem um pouco as preocupações, pois já temos problemas com garimpos", observou o padre Gilberto, responsável pela missão. A preocupação de Eduardo Azevedo, prefeito de Jacareacanga, é com a grandiosidade do projeto e sua implantação no município, sem que até agora tenha recebido qualquer tipo de informação oficial. "Precisamos de maiores informações, nós e as associações indígenas", argumentou.

GENOCÍDIO - Para o procurador da República, Felício Pontes Júnior, a rodovia poderá significar um genocídio contra o povo Munduruku. "São seis mil índios que não resistirão às doenças e aculturação; será o extermínio dos índios", avaliou. Ele disse ainda que até mesmo a construção da rodovia ao largo área indígena é temerária porque não há nenhum estudo sobre o impacto dela na vida do índio.

Para ele, a construção irá delimitar uma faixa menor de povoamento dos índios dentro da área indígena, para evitar contato com os brancos. Segundo dados apresentados na reunião, nos próximos cinco anos, se não houver agentes inibidores, a população dos Mundurukus deverá atingir 20 mil índios.

O Ministério Público Federal guarda documentos oficiais que confirmem a inexistência de licenciamento para a construção da rodovia para então pedir à Justiça a suspensão do projeto da rodohidrovia.

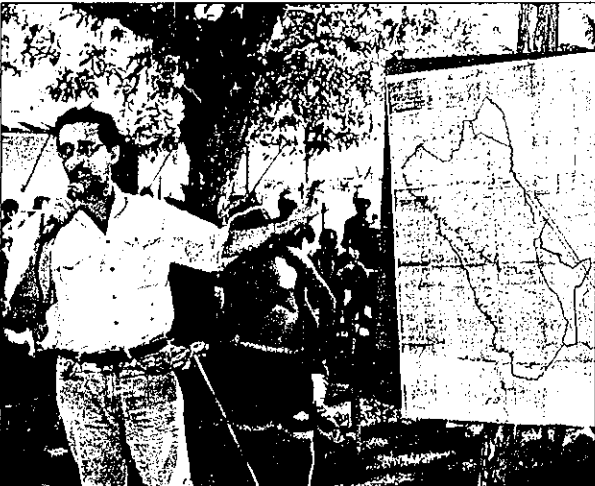
| | | | | | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|--|----|---|
| | | | | | | | | 23 | 4 |
|--|--|--|--|--|--|--|--|----|---|

190 - 1 152 - 3

FOTOS CEIVAIDO CARNEIRO



Com a cor da indignação, os índios Mundurucus reagem à idéia de ter a reserva cortada pela estrada projetada pela rodohidrovia



Horles de Matos, da Codesup: "Não vai afetar a área indígena"



Cacique Silvério Kaba: "Por que não consultaram a nossa gente?"

VIDE - VERSO